



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

Nome: Magno Nunes Farias

E-mail:

magnonfarias@hotmail.com

Instituição: Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Submetido: 09/03/2020

Aprovado: 12/05/2020

Publicado: 01/06/2021

 10.20396/rho.v21i00.8658654

e-Location: e021023

ISSN: 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

FARIAS, M. N.; LOPES, R. E.

Jovens rurais em luta por educação e trabalho no Brasil: análise documental de eventos nacionais (2007 – 2016). **Revista**

**HISTEDBR On-line**, Campinas,

SP, v. 21, p. 1-18, 2021. DOI:

10.20396/rho.v21i00.8658654.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8658654>.

Acesso em: 01 jun. 2021.

## JOVENS RURAIS EM LUTA POR EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL: ANÁLISE DOCUMENTAL DE EVENTOS NACIONAIS (2007-2016)<sup>1</sup>



Lattes

**Magno Nunes Farias\***

Universidade Federal de São Carlos



Lattes

**Roseli Esquerdo Lopes\*\***

Universidade Federal de São Carlos

### RESUMO

As juventudes rurais enfrentam diversas barreiras para constituir seus percursos de inserção social e, na busca pela superação dessas limitações, se organizam em movimentos sociais, compondo o campo político das juventudes. O objetivo do estudo do qual resulta este artigo foi apreender como as pautas em torno da educação e do trabalho são elaboradas e colocadas pelas juventudes rurais que integram os movimentos organizados no Brasil. Para tanto, foi feita uma pesquisa documental que tomou como fontes documentos primários e secundários (atrelados a diversas entidades e organizações), que referem discussões e deliberações de eventos de nível nacional relacionados à organização política dos jovens rurais, entre os anos de 2007 e 2016. Nas reivindicações, pontua-se a centralidade da luta por políticas públicas que garantam o acesso à escola e a ao trabalho digno, como também as marcas da necessidade desses sujeitos de mais autonomia para a produção cotidiana de suas vidas. Aparece fortemente o tema da Sucessão Rural, tendo como questão nuclear a democratização da terra, juntamente com as condições financeiras e de assistência para a permanência no campo, passando, igualmente, pela democratização do trabalho decente, da educação escolar, do reconhecimento cultural e do fomento à agricultura familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventudes rurais. Educação. Trabalho. Sucessão rural.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



**RURAL YOUTH IN FIGHT FOR EDUCATION AND WORK IN BRAZIL:  
DOCUMENTAL ANALYSIS OF NATIONAL EVENTS (2007 - 2016)**

**Abstract**

Rural youths face several barriers to constitute their paths of social insertion and, in the search for overcoming these limitations, they organize themselves into social movements, composing the political field of youths. The aim of the study, from which this article results, was to apprehend how the guidelines around education and work are elaborated and placed by rural youths that integrate the organized movements in Brazil. To this end, a documentary research was carried out that took as source primary and secondary documents (linked to several entities and organizations), which refer to discussions and deliberations of national events related to the political organization of rural youths, between the years 2007 and 2016. In the claims, the centrality of the struggle for public policies that guarantee access to school and decent work is highlighted, as well as the marks of these people for more autonomy for the daily production of their lives. The theme of Rural Succession comes up strongly, having the democratization of the land as its core issue, together with the financial and assistance conditions for staying in the countryside, also passing through the democratization of decent work, school education, cultural recognition and promotion of family farming.

**Keywords:** Rural youth. Education. Work. Rural succession.

**JÓVENES RURALES EN LUCHA POR EDUCACIÓN Y TRABAJO EN BRASIL:  
ANÁLISIS DOCUMENTAL DE EVENTOS NACIONALES (2007 - 2016)**

**Resumen**

Los jóvenes rurales enfrentan varias barreras para constituir sus caminos de inserción social y, en la búsqueda de superar estas limitaciones, se organizan en movimientos sociales, componiendo el campo político de los jóvenes. El objetivo del estudio del que resulta este artículo fue comprender cómo las pautas en torno a la educación y el trabajo son elaboradas y colocadas por jóvenes rurales que integran los movimientos organizados en Brasil. Con este fin, se llevó a cabo una investigación documental que tomó como documentos primarios y secundarios (vinculados a diferentes entidades y organizaciones), que se refieren a discusiones y deliberaciones de eventos nacionales relacionados con la organización política de los jóvenes rurales, entre los años 2007 y 2016. En los reclamos, se destaca la centralidad de la lucha por políticas públicas que garanticen el acceso a la escuela y el trabajo decente, así como las marcas de la necesidad de estos sujetos de una mayor autonomía para la producción cotidiana de sus vidas. El tema de la Sucesión rural surge con fuerza, teniendo la democratización de la tierra como su tema central, junto con las condiciones financieras y de asistencia para permanecer en el campo, pasando también por la democratización del trabajo decente, la educación escolar, el reconocimiento cultural y promoción de la agricultura familiar.

**Palabras clave:** Juventudes rurales. Educación. Trabajo. Sucesión rural.

## INTRODUÇÃO

Como em outros países, não cabe falar de uma juventude brasileira, pois, dada sua diversidade de vivências, marcadas por distinções de classe, gênero, raça/etnia, religião, território, entre outras coisas, precisa ser caracterizada como **juventudes**, no plural. (BOURDIEU, 1983; MARGULIS; URRESTI, 1996). Dentre essas juventudes estão as **juventudes rurais**, também plurais em suas formas de ser jovem dentro da dimensão socioterritorial envolvidos por diversos fatores estruturais que condicionam e/ou possibilitam diferentes pertencimentos e vínculos. Muitos desses jovens rurais, ainda, vivenciam barreiras para sua efetiva participação e inserção social, relacionadas às questões em torno da ausência de acesso a bens sociais no espaço rural, como acesso à terra, educação, saúde, moradia, ao lazer, entre outras coisas. (LEÃO; ANTUNES-ROCHA, 2015).

No lidar com a busca de superação dessas barreiras, jovens rurais começam, sobretudo na entrada do século XXI, a integrar um processo cada vez mais intenso de organizações de juventudes no Brasil. Esse movimento de protagonismo juvenil demarca o **campo político das juventudes**, em que ser jovem se torna uma **categoria de identificação e representação política**. (CASTRO, 2012). Nesse âmbito, constitui-se um contingente de jovens rurais organizados em movimentos sociais, motivados a elaborar estratégias para o enfrentamento de aspectos estruturais e conjunturais que embarreiram a vivência de suas autonomias, tendo em vista que as possibilidades concretas de escolarização, acesso à terra e à renda, que são muito valorizadas para a consolidação de percursos de autonomia, não são alcançadas por muitos (CASTRO, 2016a), mesmo após avanços que puderam ser pontuados no que tange a direitos sociais. (CASTRO, 2016a; 2016b).

Esse campo, **política das juventudes**, e especificamente o das juventudes rurais forjam diversos espaços de debates e discussão, em níveis nacional, estadual e municipal, com a finalidade de desenhar uma pauta comum para a reivindicação de ações que encampem propostas que procuram modos para maior emancipação social dos jovens rurais na sociedade, com bases sólidas para uma reprodução social, em que seus desejos e necessidades tenham lugar. (MOLINA, 2015). Dois aspectos que caracterizam esse campo de luta são aqueles relacionados à educação e ao trabalho, enquanto direitos sociais de uma cidadania, essenciais para os jovens.

Assim, o objetivo deste estudo foi entender como pautas relacionadas à educação e ao trabalho aparecem nesse campo da política. Para tanto, escolheu-se como fontes os conteúdos veiculados em documentos que são fruto dos eventos políticos gestados pelos jovens rurais organizados. Algumas perguntas diretivas foram: A educação e o trabalho são, de fato, questões colocadas? Qual é o lugar da educação nos projetos societários pensados pelas juventudes rurais? Qual é a centralidade do trabalho nesse debate nos eventos? Quais são as relações pontuadas entre educação e trabalho?

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, abordagem que coloca os documentos como uma rica fonte de construção de conhecimento e para a compressão crítica de determinadas realidades, utilizando “[...] materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares.” (GODOY, 1995, p. 21). Na presente pesquisa, o *corpus* da análise são documentos primários e secundários (atrelados a diversas entidades e organizações), que referem os acontecimentos em eventos de nível nacional relacionados à organização política dos jovens rurais, entre os anos de 2007 e 2016, conforme Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Documentos analisados por evento entre 2007 e 2016.

Ano	Evento	Documentos
2007	1º Festival Nacional da Juventude Rural	Revista da Juventude Rural - Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) (CONTAG, 2007)
2010	2º Festival Nacional da Juventude Rural	Jornal Fetaep (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná) (FETAEP, 2010)
2012	1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas	Relatório Final do Seminário (BRASIL, 2012)
2012	2ª Plenária Nacional da Juventude Rural	Propostas para O Plano de Lutas (2ª PLENÁRIA..., 2012)
2015	3º Festival Nacional da Juventude Rural	Caderno de respostas do Ministério do Desenvolvimento Agrário ao 3º Festival Nacional da Juventude Rural (CADERNO..., 2015).
2016	3ª Plenária Nacional da Juventude Rural	Carta Política da 3ª Plenária Nacional da Juventude Rural (CARTA..., 2016).

Fonte: Elaboração dos autores a partir de: CONTAG (2007), FETAEP (2010), Brasil (2012), 2ª Plenária..., (2012), Caderno..., (2015) e Carta..., (2016).

Esses documentos foram reunidos em 2019, por meio de um mapeamento livre, em período aberto, tendo com requisito estarem dispostos *online*. Ademais, procurou-se fontes diversas que rememoravam o que tinha acontecido nos eventos analisados, como cartas, revistas, planos e relatórios, em alguns casos não se encontrou a fonte primária documental que descrevia os acontecimentos e pautas, tendo sido utilizados outros meios, secundários, que discorriam sobre esses aspectos.

Optou-se por realizar uma análise de conteúdo desse material, tomando-se os parâmetros colocados por Bardin (1977), em que é essencial compreender os conteúdos de maneira concreta e contextualizada, realizando elaborações para apreendê-los para além do escrito, lançando-se mão de interpretação e inferência.

## PELO O QUE LUTAM OS JOVENS RURAIS?

A fim de discutir as temáticas educação e trabalho, são trazidos aqui alguns trechos representativos dos documentos referidos na Tabela 1, os quais demonstram de forma mais explícita as elaborações ali feitas, que refletem, com limitações, os eventos realizados pelos jovens. Optou-se por descrever e analisar os eventos de forma cronológica, no sentido de entender o que estava de mais latente em cada conjuntura, buscando-se também destacar as semelhanças e diferenças das pautas entre cada um.

O **1º Festival Nacional da Juventude Rural: Propostas da Juventude Rural para educação, cultura e esporte** foi o primeiro evento identificado, sendo que ocorreu entre os dias 26 e 29 de março de 2007, em Brasília – DF, com a presença de cerca de 5 mil jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais. (CONTAG, 2007). Naquilo que se pôde analisar, percebe-se o interesse central pelo fomento de aspectos que envolvem o acesso, ou não, à educação, ao esporte e à cultura. Desse modo:

A Carta [documento final do evento] destaca que a cultura local deve ser valorizada na estrutura pedagógica das escolas, sugerindo a construção de uma política nacional de educação do campo; [...] Propostas para a valorização das tradições, com incentivo à produção cultural, criação políticas de acesso às produções culturais e aos meios de comunicação, também estiveram no centro das reivindicações. (CONTAG, 2007, p. 25).

Os debates sobre os aspectos culturais são muito latentes no fragmento exposto e em todo documento, a luta em prol da valorização, da produção de políticas e da construção de processos pedagógicos que tenham a cultura das jovens rurais como parâmetro para a ação educativa são centrais. Isso vai ao encontro da necessidade já reivindicada pelo Movimento de Educação do Campo<sup>2</sup> no Brasil, em consolidar políticas e processos educativos com base nas especificidades culturais, atreladas aos modos de vida rural. (MOLINA, 2015). Caldart (2004, p. 20) afirma que “[...] a leitura dos processos produtivos e dos processos culturais formadores (ou deformadores) dos sujeitos do campo é tarefa fundamental da construção do projeto político e pedagógico.” Tal questão se delinea no documento como um aspecto essencial para que os jovens no ambiente escolar se sintam reconhecidas enquanto sujeitos de cultura de valor, superando processos educativos descontextualizados e que, muitas vezes, reafirmam a desvalorização da cultura atrelada ao rural.

Ademais, o texto sugere a construção de uma **Política Nacional de Educação do Campo**, para dar conta das demandas. Em análise, percebe-se que essa reivindicação histórica (CALDART, 2012), recolocada em 2007, se concretizará, em 2010, com o Decreto nº7.352 que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que enfatizam a necessidade de as escolas respeitarem e atenderem às especificidades culturais e comunitárias dos territórios rurais. No documento, não há algum apontamento relacionado ao trabalho, a cultura é tomada como

núcleo juntamente com as políticas educacionais, consolidando os resultados de um debate sobre as políticas públicas direcionadas para a cidadania cultural e o lazer.

No 2º Festival Nacional da Juventude Rural - Sucessão Rural: com Terra, Políticas Públicas, Meio Ambiente Sustentável, Trabalho e Renda, que ocorreu em Brasília – DF, entre 27 e 30 de junho de 2010, mobilizando cerca de 5 mil jovens (FETAEP, 2010), as demandas permaneciam direcionadas para a consolidação da Política Nacional em Educação do Campo, tendo em vista que o Decreto nº 7.352 de outubro de 2010 ainda não estava em vigor. A reivindicação pelo acesso ao fundo pública por meio de políticas públicas sociais se faz mais presente, sendo pautada, de forma específica, a necessidade de ampliação do acesso ao Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Dados evidenciam que em 2015, dentre a população de 18 a 29 anos, 4,0% dos jovens rurais eram classificados como **sem instrução**, enquanto que esse índice era de 1,9% entre os jovens urbanos, já os jovens **sem Ensino Fundamental** eram 34,7% rurais e 13,5% urbanos. No que respeitava ao Ensino Médio, apontava-se que 61,4% dos jovens rurais não cursaram esse nível de ensino, enquanto 35,1% de jovens urbanos estavam nessa mesma situação, pontuando a desigualdade socioterritorial. (IPEA, 2017). Assim, há um déficit histórico alarmante no território rural, impactando diretamente no acesso dos jovens a Educação Básica, sobretudo ao Ensino Médio, sendo que muitas vezes param de estudar ou precisam estudar em escolas distantes de seus territórios. (FERREIRA; ALVES, 2009).

Nesse evento, há um avanço nas reivindicações relacionadas ao mundo do trabalho, como pode-se notar nos excertos a seguir:

- Consolidar [...] formação profissional de agricultores familiares no campo. -Assegurar, no período das entressafas, o recebimento do seguro-desemprego para jovens trabalhadores rurais na faixa etária dos 16 aos 32 anos. -Dar prioridade aos jovens resgatados das condições análogas à escravidão em cursos de formação, de geração de renda e de trabalho. - Garantir o acesso dos jovens ao Programa de Aquisição de Alimentos independente do acesso dos pais. (FETAEP, 2010, p. 5).

O tema trabalho ganha força, envolvendo a necessidade por garantia de direitos trabalhistas (como seguro-desemprego), formação profissional voltada para a agricultura, além do acesso a programas específicos, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA<sup>3</sup> (compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Jovem (Pronaf – Jovem)<sup>4</sup>, de crédito rural. Este último, existente desde 2003, marca uma política de reconhecimento desses dos jovens rurais na agenda pública. (BARCELLOS, 2017).

É interessante a ênfase e o condicionamento que se dá na luta pelo acesso a esses programas de forma independente dos pais. Essas pautas chamam a atenção no sentido de afirmar a necessidade de autonomia dos jovens na inserção no mundo do trabalho e renda. Pesquisas já vinham discutindo o latente desejo dos jovens rurais pela “[...] renda do trabalho [que] aparece como central para a autonomia frente à família, e principalmente à autoridade

paterna [...]” (CASTRO, 2005, p. 251), já que muitos programas estavam atrelados somente aos adultos (pais e responsáveis pelos jovens) e, mesmo quando possibilitavam a entrada do jovem, apareciam dificuldades de acordos com as instituições bancárias pelo crédito, uma vez que os jovens são tomados como inexperientes e “[...] não confiáveis.” (BARCELLOS, 2017). Portanto, inviabilizava-se uma produção material independente e com protagonismo. Estudos apontam que a dificuldade de participação dos jovens na vida produtiva das comunidades e os limites para se ter uma renda própria são motivos que contribuem para a migração dos jovens para o espaço urbano, em busca da independência financeira. (COSTA, 2010).

É também de se notar a notoriedade dada à priorização da formação de jovens resgatados de condições análogas à escravidão, considerando-se um contingente alarmante de jovens rurais que vivenciam essa situação em busca de oportunidades de trabalhos. Dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT) apontam que 52,9% dos trabalhadores resgatados em ações do Ministério Público do Trabalho no Brasil, entre 2002 e 2007, tinham menos de 30 anos e eram oriundos, em sua maioria, de territórios rurais, marcados pelos problemas de acesso à terra e a outros bens sociais para a reprodução da vida. (COVER; CERIOLI, 2015).

O **1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**, que aconteceu em Brasília – DF, entre 21 e 24 de maio de 2012, teve como objetivo construir um diálogo entre as instituições governamentais, como a Secretaria Nacional da Juventude, e os jovens rurais. O evento contou com a presença de cerca de 200 pessoas, dentre as quais mais de 140 jovens da agricultura familiar, camponeses, quilombolas, indígenas de todas as regiões do Brasil, que integravam diversas organizações e movimentos sociais (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, a Pastoral da Juventude Rural, entre outros). (BRASIL, 2012).

O relatório final desse evento, como o nome já enfatiza, coloca a emergência das especificidades das políticas públicas no centro do debate. Elencamos três eixos que julgamos relevantes na presente análise: Juventude Rural e o Trabalho Assalariado; Juventude rural: agricultura familiar e camponesa, trabalho e renda; Juventude Rural e a Educação do campo. Desses eixos, algumas pautas se sobressaem, das quais trazemos como exemplos:

30. Antecipação da aposentadoria para o/a trabalhador/a assalariado/a rural. [...]
35. Garantir condições efetivas para que o exame médico demissional seja minucioso.
36. Acesso à terra, por meio da Reforma Agrária, para garantir a autonomia econômica e política dos trabalhadores/as assalariados/as rurais. [...]
47. Criar um programa para “rejuvenescer” o rural que reúna um conjunto de políticas para a instalação de novas unidades produtivas por jovens agricultores familiares e camponeses nas regiões com baixo nível de sucessão na agricultura familiar. [...]
51. Criação de um programa específico para a juventude rural,

de agroindústria, comercialização, beneficiamento e escoamento da produção. (BRASIL, 2012, p. 30-31).

Na dimensão do trabalho e da renda, aparece a demanda da garantia de direitos reivindicados no nível da aposentadoria e de respaldos mais minuciosos para a admissão no trabalho, pautas que estão sempre muito articuladas às reivindicações para a efetivação de regulamentação das condições de trabalho, no âmbito dos processos de precarização que atingem as juventudes rurais pobres. Além disso, permanece a busca por programas específicos para os jovens, presente nos eventos anteriores, como o fomento do “rejuvenescimento” rural. Isto vai se tornando uma questão que se coloca cada vez mais fortemente, denunciando a ausência de políticas públicas para os jovens rurais, que impacta na migração pela necessidade. (MOLINA, 2015).

Percebe-se que todas as reivindicações e as pautas que implicam emergem da luta primeira pela efetivação da reforma agrária no Brasil, em prol da garantia de autonomia e sucessão geracional rural. Essa reivindicação diz de uma luta histórica da população pobre rural, dentro de um campo de disputa pelo modelo de desenvolvimento, tendo como principal antagonista o agronegócio e o latifúndio. (FERNANDES, 2008).

Ainda, os jovens colocam novamente a necessidade de se potencializar o Pronaf Jovem, de assistência técnica (como o Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater<sup>5</sup>) e de cotas em programas governamentais (como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE<sup>6</sup>), que viabilizem a venda de suas mercadorias de forma independente. Apesar dos jovens se ocuparem em grande número da agricultura familiar, não foi superada sua posição subalterna na hierarquia familiar, sendo um tema fundamental para se compreender as demandas por emancipação na construção de um espaço próprio para obter e gerir suas rendas, aspecto que sempre perpassa os documentos analisados, questão que também é apontada nos estudos de Weisheimer (2015).

Em relação à educação, coloca-se:

40. Ampliar investimentos em políticas de formação superior no campo, a exemplo do Pronacampo e do Pronera<sup>7</sup>, assegurando a inclusão dos/as trabalhadores/as assalariados/as rurais. (BRASIL, 2012, p. 30-31).

81. Acabar com o fechamento das escolas do campo e garantir a reabertura de escolas nas áreas rurais. 82. Aplicação da Lei de Educação do Campo, instituída pelo decreto 411/2010, inclusão no Plano Nacional de Educação de cláusula que garanta a implementação da educação do campo na rede pública de ensino em todos os níveis e modalidades. [...] 97. Fortalecer as escolas que utilizam a pedagogia da alternância<sup>8</sup> como dinâmica educacional. (BRASIL, 2012, p. 33-34).

Esse evento salienta a necessidade de investimentos para o ingresso dos trabalhadores rurais no Ensino Superior, demonstrando o desejo desses jovens em acessar esse nível de ensino e colocando isso para dentro das reivindicações feitas, na tentativa de

obter resposta para um déficit histórico. Todavia, já em 2015, apenas 4,10% dos jovens rurais tinham Ensino Superior. (CASTRO, 2016a).

De outra parte, no que tange à Educação Básica, enfatiza-se o fechamento de escolas do campo, problema intenso na primeira década do século XXI. Apesar das lutas em prol da educação do campo, dados Censo Escolar demonstram que, em 2002, havia 107.432 escolas no meio rural e que, em 2015, esse número foi reduzido para 64.091 escolas. (BRASIL, 2015). Igualmente, enfatiza-se a **pedagogia da alternância** como uma organização educacional para se ampliar o acesso dos sujeitos à escola, dada a necessidade de muitos jovens trabalharem mais intensivamente em período pontuais, inviabilizando o acompanhamento do calendário escolar regular convencional.

Nos debates da **2ª Plenária Nacional da Juventude Rural - Sucessão Rural com Desenvolvimento Sustentável e Solidário, Participação Social e Sindical**, realizado em Luziânia – GO, entre os dias 15 e 17 de outubro de 2012, os temas trabalho e educação aparecem com o direcionamento já mencionado:

96. Propor que as escolas públicas incluam em seus conteúdos educacionais temas como trabalho formal, direitos trabalhistas e previdenciários. [...] 100. Pressionar o Ministério do Trabalho e Emprego para que amplie e qualifique as condições de fiscalização do Trabalho, tornando-as mais rigorosas e eficazes. 101. Implementar cursos de capacitação voltados aos assalariados/as rurais, de acordo com a necessidade de cada região, e entendendo as especificidades da juventude do campo e priorizando os seguintes temas: informalidade; garantia do direito do trabalho decente no campo; formas de trabalho precário e proteção social [...]. (PLENÁRIA..., 2012, p. 9).

116. Lutar pela ampliação do acesso dos/as jovens rurais ao ensino superior, orientando a luta no sentido da criação de cotas para jovens agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária nas universidades federais e estaduais e nos concursos públicos, em temas específicos. (PLENÁRIA, 2012, p. 10).

Algumas reivindicações avançam no sentido de pautar a importância da conscientização dos jovens sobre os direitos trabalhistas, com vistas a fortalecer as organizações coletivas desses trabalhadores, pontuando-se, inclusive, a demanda para que essa questão seja assimilada como conteúdo nas escolas, bem como nos cursos de capacitação. Trata-se de um movimento importante, uma vez que os jovens, de forma geral, estão mais expostos ao desemprego e às condições precárias de trabalho, mas esses aspectos tomam proporções ainda mais preocupantes no espaço rural, “[...] os jovens na área rural viram o desemprego crescer de 8% para 10,7% entre 2006 e 2013, período no qual o desemprego caiu de 16,8% para 13,3% para os jovens na área urbana.” (CORSEUIL; FRANCA, 2015, p. 15). Além disso, as atividades rurais historicamente são as que mais vitimizam trabalhadores a condições de trabalho análogas à escravidão. (FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL; FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, 2018).

Esse evento continua a trazer a necessidade e a luta dos jovens pelo acesso ao Ensino Superior, reivindicam **ações afirmativas** para esse nível de ensino, levando em consideração o déficit histórico da rede escolar voltada para o território rural. O debate das políticas públicas sociais e da ampliação da rede básica de ensino sempre são presentes nas reivindicações, sempre apontando para a importância de uma articulação que apreenda demandas específicas para efetivá-las de forma universal.

No **3º Festival Nacional da Juventude Rural - Juventude na luta por terra, políticas públicas e sucessão rural na América Latina**, que aconteceu em Brasília – DF, entre os dias 27 e 30 de abril de 2015, algumas temáticas se destacam:

- Universalizar o acesso dos e das jovens assentadas e beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) à Assistência Técnica e Extensão Rural<sup>9</sup> [...]. (CADERNO..., 2015, p. 7).
- Elaborar e implementar o Plano Nacional “Juventude e Sucessão na Agricultura Familiar”<sup>10</sup>, voltado ao estabelecimento de ações, metas e orçamento, buscando a integração das políticas que visem a melhoria da condição de vida da juventude trabalhadora rural. (CADERNO..., 2015, p. 11).

Os debates se voltam para a necessidade de crédito e assistência, reivindicando o acesso direto dos jovens como beneficiários sem intermediários de terceiros, conforme pautas anteriores. Destaca-se aqui a discussão em torno da elaboração de um Plano Nacional voltado para a juventude rural, documento que objetivava realizar a integração das políticas e programas voltados para melhoria de vida.

- Ampliar a dotação orçamentária destinada ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, com vistas à execução de cursos técnicos, superior e especialização para jovens assentados/as da reforma agrária e do crédito fundiário. (CADERNO..., 2015, p. 19).

Quanto à Educação do Campo, aparece o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA como programa importante. Houve esforços importantes do PRONERA junto a uma realidade que abrange cerca de cinco milhões de sujeitos que vivem em assentamentos (DE PAULA *et al.*, 2015) e, segundo os dados do Incra, trata-se de 1.348.484 famílias assentadas até 2016 (INCRA, 2020), sendo um programa importante para a luta da população rural por educação. Porém, ao mesmo tempo em que há uma ampliação dos cursos (de ensino fundamental, médio, Superior) em quantidade e público, há um grande contingente de fechamento de escolas do campo por governos municipais, o que, de acordo com Castro (2016a), faz com que os avanços não representem massificação do acesso, o que vem impactando na condição juvenil.

Compreende-se que os eventos até aqui discutidos (entre 2007 e 2015), ao encontro com as análises de Castro (2016a, 2016b), se localizam em período<sup>11</sup> que teria garantido um novo *status* para as juventudes rurais no debate político, com avanço nos espaços de

representação e disputa política<sup>12</sup>. Um resultado importante que diz dos avanços, mesmo insuficientes, é a consolidação do **Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural**, instituído pelo Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016.

Todavia, após 2015, e, sobretudo, após os processos que desembocaram no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016<sup>13</sup>, esse cenário, que vinha ainda possibilitando avanços, toma outros rumos. Isso se evidencia na **3ª Plenária Nacional da Juventude Rural**, que aconteceu de 29 de novembro a 2 de dezembro de 2016, em Brasília - DF, com a presença de mais de 400 jovens de todo o Brasil e da América Latina. (CARTA..., 2016). Esse evento se dá em um novo cenário político nacional, o que se reflete em seu lema: **Juventude na luta por sucessão rural: nenhum direito a menos!**

O contexto em que se realiza está plenária está marcado pelo golpe parlamentar, jurídico e midiático que destituiu do governo Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta da República. Este golpe teve como finalidade interromper o projeto político voltado à promoção de justiça social que vinha sendo implementado nos últimos anos [...].

Além disso, o governo golpista ameaça com uma reforma da Previdência Social que poderá levar a perdas significativas para a juventude, especialmente quando propõe elevar a idade mínima e igualar os critérios dos rurais com as demais categorias, negando as diferenciações conquistadas de reconhecimento das condições mais penosas e desgastantes existentes nas relações de trabalho no campo, nas florestas e nas águas. (CARTA..., 2016, p. 1).

O evento frisa as ameaça circunscritas no contexto pós-golpe, em que Michel Temer ocupava o lugar de presidente, com a discussão de temáticas como: ofensiva neoliberal; retrocessos dos direitos dos trabalhadores; apropriação mais intensa dos bens naturais pelo capital nacional e internacional; criminalização e repressão dos movimentos e lutas sociais. A plenária enfatiza a crítica à Proposta de Emenda à Constituição - PEC 241/55, que viria a congelar os investimentos sociais por 20 anos, e a reforma do Ensino Médio, associada a uma formação tecnicista e à fragilização de conteúdos essenciais para uma formação crítica. Além disso, os participantes se mostram temerosos pela proposta de reforma da previdência, que aumenta a idade e tempo mínimo para a aposentadora, inclusive para trabalhadores rurais, modificando, ainda, o regime de repartição baseado na solidariedade, entre outras coisas, ameaçando seu caráter de seguridade social<sup>14</sup>.

Ademais, o documento enfatiza como essa conjuntura ameaça a efetivação do recente **Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural** e suas ações voltadas para a dimensão do trabalho (reforma agrária, acesso a programas de assistência e crédito) e educação (programas para ampliação e manutenção da educação do campo), agravando a exploração do trabalho, colocando em risco a soberania e segurança territorial. De acordo com o documento: “A ausência destas políticas ameaça a consolidação dos projetos de vida construídos pelos e pelas jovens para concretizar condições dignas para viver no campo com autonomia e liberdade.” (CARTA..., 2016, p. 3).

Castro (2016b) discorre que após o golpe há um aprofundamento da agenda neoliberal, com ações como: extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério das Mulheres da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Juventude; estrangeirização das terras nacionais; fim da demarcação das terras Indígenas; eliminação da agenda da agricultura familiar; cortes de verba para programas da agricultura familiar, para a educação do campo e reforma agrária; lançamento do programa InovaJovem, que busca selecionar iniciativas do agronegócio dando suporte aos jovens; entre outras coisas. Essas ações marcam o projeto societário preconizado nesse contexto, atrelado ao agronegócio e aos ruralistas, contra o qual os jovens rurais pobres tentam lutar. “Podemos afirmar, portanto que se consolida um projeto claro para o rural brasileiro que desmonta e desestrutura o que já foi consolidado como política para agricultura familiar e em especial para qualquer avanço da Reforma Agrária.” (CASTRO, 2016b, p. 116), impactando fortemente nas possibilidades de vida juvenis.

Dada as análises até aqui colocadas dos eventos, tomando seus documentos sínteses, nos parece importante pontuar que:

a) As pautas em torno da educação têm como perspectiva os parâmetros postos pela **Educação do Campo** para as demandas dos jovens rurais, como pode ser visto no objetivo do **Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural**: “Ampliar e qualificar a oferta da educação em todos os níveis e modalidades de ensino para a juventude rural nas respectivas comunidades, respeitando os **princípios da educação do campo** [...]” (BRASIL, 2016, p. 15, grifo nosso), aspecto esse que perpassa todos os documentos.

b) As reivindicações relacionadas ao trabalho buscam sempre o respaldo das políticas públicas para trabalho decente, forjado nos direitos trabalhistas, como baliza para o combate da precarização e exploração do trabalho dos jovens rurais. O trabalho é aspecto nuclear para a emancipação financeira, em que possam ter uma renda própria e independente de terceiros, se constituindo com sujeitos com autonomia.

c) A **Sucessão Rural** é um tema transversal, fomentando-se articulações que tornem possível a permanência no território rural, de maneira que seja possível a vivência da condição juvenil dentro do parâmetro de acesso a direitos sociais decorrentes de sua condição de cidadania, para que, assim, se viabilize a permanência rural. Esse tema deixa evidente que são jovens que querem poder escolher ficar no campo e superar a contradição entre o **ficar e sair ou o ir e vir sazonal**.

d) A emergência da reforma agrária é basilar para os jovens rurais. Considerando seu caráter estrutural, a reivindicação pela democratização da terra se coloca como essencial para o estabelecimento de um projeto popular, articulada ao trabalho decente, à educação escolar, ao reconhecimento cultural e à existência de uma agricultura familiar.

e) Por fim, os eventos se conformam aos marcos políticos e históricos do país, com momentos tanto de avanços no campo democrático e popular quanto de retrocessos como os que se evidenciaram a partir de 2016. Volta-se então para uma política de resistência à perda

do que já parecia minimamente consolidado. **Se a luta antes era por vários direitos a mais, agora se tornou por nenhum direito a menos.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens rurais através de lutas coletivas, consolidação de propostas, conflitos e disputas, pressionam o Estado para agir por meio da construção conjunta de políticas públicas “[...] que sejam capazes de suprir as necessidades das juventudes camponesas, criando, de fato, condições para que as mesmas possam realmente escolher viver no campo sua **condição juvenil**.” (MOLINA, 2015, p. 15, grifo da autora).

A educação e o trabalho são questões colocadas como bases para a construção de projetos societários que contemplem o protagonismo das juventudes rurais na sociedade e tenham como horizonte a democratização da terra, do conhecimento e das oportunidades.

As lutas por alargamento de oportunidades via acesso a direitos e produção de cidadania, na conjuntura atual, trazem novos desafios para esses jovens. As ameaças vêm avançando contra os ganhos, ainda que insuficientes, que foram sendo feitos no campo das políticas públicas sociais, até mesmo os que pareciam mais consolidados, como a previdência social, os direitos do trabalho, a perseguição de uma Educação Básica de qualidade para todos, e, nos últimos anos, a democratização do acesso ao Ensino Superior. Essas ameaças sempre foram presentes, dadas as ofensivas de um capitalismo avesso aos processos de democratização do uso do fundo público no Brasil e que, em 2016, o tomou de assalto, novamente. Sabe-se que isso é parte daquilo que, historicamente, estrutura as relações políticas, sociais e econômicas no país, porém, com o mitigar das perspectivas democráticas com a eleição, em 2018, de um governo de extrema direita e afeto ao autoritarismo, tendo à frente o impensável Jair Messias Bolsonaro, que tem como uma de suas pautas expurgar a ideologia de Paulo Freire da Educação<sup>15</sup>, a ofensiva neoliberal, ruralista e conservadora ganha mais força e o campo popular, democrático e de cunho social solidário precisa recrudescer os esforços para manter espaços na disputa por hegemonia.

## REFERÊNCIAS

2ª PLENÁRIA Nacional da Juventude Rural. **Propostas para o Plano de Lutas – 2ª** Plenária Nacional da Juventude Rural, 2012. Disponível em: <http://www.fetagr.org.br/anexo/9f30c54fbd433ced8869.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BARCELLOS, S. B. As políticas públicas para a juventude rural: o Pronaf Jovem em debate. **Planejamento e políticas públicas**, n. 48, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRASIL. Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016. **Plano nacional de juventude e sucessão rural**. Brasília, DF: 2016. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8736.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8736.htm). Acesso: 15 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Secretária Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD e Subsecretaria de Reordenamento Agrário – SRA - Brasília: 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/credito/manuais-e-formularios/manual-de-operacoes-do-programa-nacional-de-credito-fundiario>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2020a. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar 2015**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 12 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2020b. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-geral da Presidência da República. **Relatório Final do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**. 2012. Disponível em: [www.juventude.gov.br](http://www.juventude.gov.br). Acesso em: 14 abr. 2019.

CADERNO de Respostas do Ministério do Desenvolvimento Agrário ao 3º Festival Nacional da Juventude Rural. **3º Festival Nacional da Juventude Rural**, 2015. Disponível em: <http://www.fetraece.org.br/arquivos/files/Caderno%20de%20respostas%20juventude%20contag.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CALDART, R. S. Educação do Campo. *In*: CALDART, R. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *In*: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. p. 10 -31.

CARTA Política da 3ª Plenária Nacional da Juventude Rural. **3ª Plenária Nacional da Juventude Rural**, 2016. Disponível em: [http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_797321959\\_13082018145820.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_797321959_13082018145820.pdf). Acesso em: 19 abr. 2019.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. de. Juventude do Campo. *In*: CALDART, R. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 439-446.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 1, p. 193-212, 2016a.

CASTRO, E. G. Pnra e juventude rural: 30 anos depois? Balanço e apontamentos em um contexto de ruptura institucional. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, p. 98-124, 2016b.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Revista da Juventude Rural**, 2007. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f323RevistaJuvRural.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. A. P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro**: evolução e desigualdades no período 2006-2013. Brasília: OIT, 2015.

COSTA, F.L.M. **Dinâmica socioeconômica e a juventude do assentamento Florestan Fernandes**. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

COVER, M.; CERIOLI, P. R. Juventude rural e modelos de desenvolvimento agrário. *In*: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (org.). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 53-68.

DE PAULA, R. P. *et al.* Educação e direitos humanos: a participação do PRONERA na construção da Educação do Campo. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 3, p. 15-43, 2015.

FERNANDES, B. M. Educação do campo e território camponês no Brasil. *In*: SANTOS, C. A. dos. (org.). **Educação do campo**: campo - políticas públicas – educação. Brasília: INCRA: MDA, 2008. p. 19-66. (NEAD Especial: 10).

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. *In*: CASTRO, J. A. de.; AQUINO, L. M. C. de.; ANDRADE, C. C. de (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 243-258.

FETAEP. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná. **Jornal FETAEP**. ed. 83, 2010. Disponível em: <https://www.fetaep.org.br/jornais/2010-8.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL; FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Altas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa – tipos e fundamentos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29 maio/jun. 1995.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**. 2020. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Educação. Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2017.

JINKINGS, I. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. *In*: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 12-14.

LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Juventudes no/do campo: questões para um debate. *In*: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (org.). **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.17-27.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. *In*: MARGULIS, M. (org.). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

MOLINA, M. C. Prefácio. *In*: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (org.). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 13-16.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, 2014.

PROPOSTA de Plano de Governo de Jair Bolsonaro, 2018. Disponível em: [https://flaviobolsonaro.com/PLANO\\_DE\\_GOVERNO\\_JAIR\\_BOLSONARO\\_2018.pdf](https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf). Acesso em: 19 abr. 2019.

SAVIANI, D. Prefácio. *In*: NOSELLA, P. **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil** / Paolo Nosella. Vitória: EDUFES, 2012.

WEISHEIMER, N. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar. *In*: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (org.). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 31-52.

#### **AUTORIA:**

\* Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Contato: magnonfarias@hotmail.com

\*\* Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Contato: relopes@ufscar.br

**COMO CITAR ABNT:**

FARIAS, M. N.; LOPES, R. E. Jovens rurais em luta por educação e trabalho no Brasil: análise documental de eventos nacionais (2007 – 2016). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-18, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8658654. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8658654>. Acesso em: 01 jun. 2021.

**Notas**

- <sup>1</sup> Apoios financeiros das agências de fomento: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- <sup>2</sup> A **Educação do Campo** se coloca em contraposição à Educação Rural, que foi e é um modelo de educação ofertado para a população do campo desde os anos 1950, mas que tem como finalidade a transposição de uma educação urbana “adaptada”, calcada na não valorização do território camponês e articulada com as demandas do capitalismo agrário, com vistas a uma mão de obra acrítica. Assim, o **Movimento de Educação do Campo** no Brasil decorre de movimentos sociais do campo, a partir dos anos de 1980, e sua luta por políticas públicas que lidem com as especificidades da população do campo. (CALDART, 2012).
- <sup>3</sup> Conforme o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, são dois os seus objetivos: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Assim, “[...] o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.” (BRASIL, 2020a).
- <sup>4</sup> O Pronaf objetivava o financiamento bancário de agricultores jovens entre 16 e 29 anos. Porém, pontua-se, todavia, que atualmente (fevereiro de 2020) o programa está suspenso, o que é compreendido como o reflexo de uma política de desmonte de direitos que atinge o Brasil, desde meados de 2016, aprofundando a desigualdade existente no país.
- <sup>5</sup> A Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater “[...] é um serviço de educação não formal, de caráter continuado no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.” (BRASIL, 2018, p. 31). É um serviço que pode ser oferecido por empresas públicas e privadas, podendo ser contratado por beneficiários do Pronaf, por exemplo.
- <sup>6</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE tem como objetivo promover alimentação escolar e ações de educação alimentar, sendo que o governo federal realiza o repasse de verbas, a estados, municípios e escolas federais, para as ações. Com a Lei nº 11.947 de 16/6/2009, 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que busca estimular o desenvolvimento das comunidades rurais. (BRASIL, 2020b).
- <sup>7</sup> O Pronacampo - Programa Nacional de Educação do Campo instituiu-se em 2012, com o objetivo de materializar as ações previstas no Decreto nº7.352 de outubro de 2010, dispõe sobre a Política de Educação do Campo. Suas ações são divididas em eixos, como: formação inicial e continuada de professores; gestão e práticas pedagógicas; educação de jovens e adultos e educação profissional; e, infraestrutura física e tecnológica. O Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária também está disposto no Decreto em questão, porém foi instituído enquanto programa desde 1998, com o objetivo de promover a educação nos assentamentos da reforma agrária. (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014).
- <sup>8</sup> A pedagogia da alternância é um método pedagógico que caracteriza-se pela “[...] realização do processo ensino-aprendizagem alternando o período de permanência na escola, geralmente por uma

semana e o período de permanência na vida familiar [e comunitária], geralmente por duas semanas.” (SAVIANI, 2012, p. 30).

- <sup>9</sup> “O Programa Nacional de Crédito Fundiário consiste num mecanismo fundamental de complementação à Reforma Agrária, pois viabiliza o acesso à terra para agricultores familiares, fortalece a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.” (BRASIL, 2018, p. 6). A partir da integração nesse programa, os beneficiários são obrigados a contratar a Assistência Técnica e Extensão Rural que, em alguns casos, pode ser gratuita.
- <sup>10</sup> O Plano Nacional “Juventude e Sucessão na Agricultura Familiar” foi colocado no documento como uma estratégia para o “[...] estabelecimento de ações, metas e orçamento, buscando a integração das políticas que visem a melhoria da condição de vida da juventude trabalhadora rural.” (CADERNO..., 2015, p. 11). Esse plano se efetivou em 2016, intitulado **Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural**, instituído pelo Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016.
- <sup>11</sup> Esse período é de 2005 a 2015, que, para a autora, foram os anos em que o Brasil experimentou avanços das políticas públicas de juventude.
- <sup>12</sup> Destaca-se que esse período foi essencial, porém insuficiente e contraditório, já que as gestões federais prezaram por políticas de conciliação, contribuindo para a população rural mais pobre, mas também fortalecendo os ruralistas (agronegócio/latifúndio). (CASTRO, 2016b). Não se efetivando de maneira radical um projeto popular, fragilizando as condições para a permanência das ações realizadas.
- <sup>13</sup> Em **Por que gritamos golpe?** Jinkings (2016, p. 12) escreve: “A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras.”
- <sup>14</sup> A PEC número 241 na Câmara dos Deputados e 55 no Senado Federal foi aprovada, tornando-se a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, bem como a reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017) e a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº103 de 12 de novembro de 2019).
- <sup>15</sup> Essa proposta consta no Plano de Governo do atual presidente. (PROPOSTA..., 2018).